



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 4/2026

Período: 21/02/2026 a 27/02/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Supremo Tribunal Militar julga perda de patentes de militares envolvidos na trama golpista
- 2- Ministério do Esporte e Exército discutem na Advocacia Geral da União sobre custos da manutenção de estrutura olímpica de 2016
- 3- Exército negou acesso a dados sobre roubos de armas
- 4- A guerra da Ucrânia e a capacidade de defesa do Brasil
- 5- Lacunas na fiscalização do Exército aumentam a ocorrência de ladrões com coletes à prova de balas
- 6- Exército atuou para mitigar problemas causados pela chuva em Minas Gerais
- 7- Coronel médica foi a primeira mulher indicada pelo Alto Comando do Exército à posição de general na história da Força Terrestre
- 8- Ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro tem permissão para voltar a trabalhar nas Forças Armadas
- 9- Nelson Rodrigues Filho, militante da luta armada contra o regime militar e peça significativa do cenário cultural brasileiro, faleceu aos 80 anos
- 10- Jair Bolsonaro e militares julgados por participação em trama golpista foram notificados sobre prazo para apresentação de defesa em processo que poderá resultar na cassação de patentes

1- Supremo Tribunal Militar julga perda de patentes de militares envolvidos na trama golpista

De acordo com editorial da *Folha de S. Paulo*, 15 juízes do plenário do Supremo Tribunal Militar (STM), sendo cinco civis, julgarão se os três generais e um almirante de quatro estrelas envolvidos na trama golpista deverão perder suas patentes militares. O periódico reforçou que o que está em jogo, para além das patentes dos réus, é a integridade da instituição, que tem o poder de inocentar alguém que jurou proteger a pátria e a traiu. A *Folha* também informou que, de acordo com as informações recebidas acerca do posicionamento dos juízes, a hipótese da não condenação é possível. O jornal reforçou que nessa situação, o STM além de colocar as Forças Armadas, também se colocou em posição de ré para se avaliar sua condescendência. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 22/02/26)

2- Ministério do Esporte e Exército discutem na Advocacia Geral da União sobre custos da manutenção de estrutura olímpica de 2016

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a disputa entre o Ministério do Esporte e o Exército sobre quem seria o responsável pelo custeio da manutenção do Parque Olímpico, construído para as Olimpíadas de 2016, foi dirigida para a Advocacia Geral da União (AGU) após os envolvidos não entrarem em um acordo para solução do impasse. As negociações para resolver a negociação podem durar até dois anos, período em que as instalações seguirão fechadas. As Forças Armadas reclamam que as dívidas de R\$54,5 milhões decorrem da suspensão dos repasses da pasta de André Fufuca, filiado ao partido Progressistas e atual ministro do Esporte; além disso, reforça que esses custos não estão previstos no orçamento do Exército, que segue aguardando a definição das tratativas. A Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), da AGU, é a responsável pela mediação do caso. Pela instituição não dotar de poder deliberativo, o caso pode ir a julgamento. De acordo com o jornal, o Parque Olímpico era administrado pelo Exército devido a um acordo de cooperação de 2017, mas que começou a ser rompido em 2024, por desinteresse do Esporte, até que em fevereiro de 2025 foi definitivamente encerrado. Em abril de 2025 as negociações foram retomadas e um novo acordo desenhado, mas que não seguiu para assinatura devido a falta de definições sobre os passivos. Os militares confirmaram que não possuem orçamento para assumir as dívidas, e por isso o caso foi levado à AGU. O periódico informou que o processo transcorre em “ato preparatório”, e por isso, o caso não é público. A AGU ainda confirmou que a CCAF não possui um prazo definido para encerrar o processo e que as instalações geridas pela Marinha e Aeronáutica também estão envolvidas no caso. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/02/26)

3- Exército negou acesso a dados sobre roubos de armas

Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2017, determinou que o Comando Logístico do Exército (Colog) apresentasse um plano para a implementação de um sistema informatizado de gestão da atividade de fiscalização de produtos controlados. Segundo o jornal, em nota, o Exército declarou que tem cumprido as determinações do TCU, através do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), mantendo todos os registros de armas furtadas, extraviadas ou roubadas. Ainda de acordo com o Estadão, porém, o Exército negou acesso aos dados, ao alegar que as informações estão descentralizadas e que a apuração demandaria um “esforço desproporcional da administração pública”. (O Estado de S. Paulo - Política - 23/02/26)

4- A guerra da Ucrânia e a capacidade de defesa do Brasil

Em coluna opinativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Godoy, repórter e escritor, refletiu sobre a guerra da Ucrânia – que adentra no quinto ano de conflito - e as capacidades de defesa do Brasil. Na coluna, Marcelo Godoy destacou que a inteligência alemã avaliou que a Rússia estará pronta para começar um conflito em grande escala na Europa em três anos, fato que levou a Alemanha a aumentar seus gastos em Defesa, desenvolver materiais militares e treinar

soldados. Ademais, Marcelo Godoy ressaltou que de acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, em 2025 a França teve US\$ 70 bilhões em gastos de defesa, a Polônia, US\$ 33,2 bilhões, enquanto o Brasil teve apenas US\$ 24 bilhões. E a partir disso, Godoy lembrou a reunião que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, teve em 15/01/2026 com chefes militares, na qual perguntou o que o Brasil necessitaria para conseguir enfrentar uma ação estrangeira, como aquela realizada pelos Estados Unidos na Venezuela. Como resposta, os comandantes militares pontuaram, para os próximos 15 anos, a necessidade de investimentos de cerca de 800 bilhões de reais, sendo 200 bilhões apenas para o Exército, além da necessidade de adquirir submarinos, fragatas, drones e mísseis mar-ar para a Marinha. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/02/26)

5- Lacunas na fiscalização do Exército aumentam a ocorrência de ladrões com coletes à prova de balas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, policiais militares observaram um número recorrente de ladrões que fazem o uso de coletes à prova de balas na execução de seus crimes, cujo item era mais restrito apenas a roubo de bancos e resgates de presos. O equipamento, quando utilizado pelas forças de segurança, é obtido por meio de processos licitatórios, com fabricantes autorizados e registrados em sistema. A classificação dos coletes balísticos realizada pelo Exército define dois graus de restrição, o primeiro sendo os de uso permitido e o segundo de uso restrito para proteção contra armas mais potentes. Os permitidos podem ser adquiridos por integrantes das Forças Armadas, órgãos de segurança pública, guardas municipais, prisionais e portuários, empresas de segurança privada e transporte de valores, e atiradores desportivos. Para realizar a compra é necessária a autorização prévia da Secretaria de Segurança Pública. Assim, o jornal avaliou que a falta de restrição e fiscalização do Exército sobre esse tipo de equipamento evidencia fragilidades que são visíveis na segurança pública. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 26/02/26)

6- Exército atuou para mitigar problemas causados pela chuva em Minas Gerais

De acordo com a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, devido às chuvas intensas e riscos severos de deslizamentos em Juiz de Fora, cidade do estado de Minas Gerais, cerca de dez caminhões do Exército com 100 militares foram deslocados para atuar na cidade. Entretanto, o periódico *Correio Braziliense* informou que moradores de Ubá, uma das cidades mais afetadas pelas críticas tempestades que deixaram mortos e desabrigados na região que compreende a Zona da Mata de Minas Gerais, protestaram contra a interrupção da limpeza das ruas, causadas por gravações coordenadas pelo deputado federal Nikolas Ferreira, do Partido Liberal, em um dos locais inundados. De acordo com moradores, a segurança do deputado e de seus assessores foi concedida por integrantes do Exército e da Guarda Municipal, que tiveram de interromper suas atividades no dia 26/02/2026, gerando reações adversas entre os habitantes da região, que cobravam “providências imediatas diante dos impactos provocados pelas fortes chuvas”. (Correio Braziliense - Política - 27/02/26; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 26/02/26)

7- Coronel médica foi a primeira mulher indicada pelo Alto Comando do Exército à posição de general na história da Força Terrestre

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a coronel médica Cláudia Lima Gusmão Cacho, natural de Recife, Pernambuco, foi a primeira mulher na história do Exército a ser indicada para uma posição entre os oficiais-generais médicos no cerne do Exército Brasileiro, em anúncio precedente à incorporação das primeiras mulheres no Serviço Militar Inicial Feminino nas Forças Armadas. O jornal *Correio Braziliense* relatou que a médica pediatra ingressou no Exército em 30/01/1996 como oficial temporária e construiu sua carreira no âmbito da saúde militar, ocupando cargos de comando e gestão em unidades como o Hospital de Guarnição de Natal e o Hospital Militar de Área de Campo Grande. Após votação secreta, Cláudia Cacho foi proposta ao cargo de general pelo Alto Comando da Força, cabendo ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a decisão final sobre o decreto. Ao assumir oficialmente a mais alta patente da instituição, a médica deverá ocupar a direção do Hospital Militar da Área de Brasília. (*Correio Braziliense* - Política - 27/02/26; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/02/26)

8- Ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro tem permissão para voltar a trabalhar nas Forças Armadas

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o coronel Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 21 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, foi autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes a exercer atividade administrativa no Batalhão da Polícia do Exército, em Brasília. Anteriormente, Moraes havia negado um modelo de trabalho proposto pelo Exército que considerou impossível e inadequado. O modelo dessa vez aceito consiste na conferência de documentos relativos à Unidade prisional. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 26/02/26)

9- Nelson Rodrigues Filho, militante da luta armada contra o regime militar e peça significativa do cenário cultural brasileiro, faleceu aos 80 anos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, veio à óbito, na madrugada do dia 25/02/2026, o engenheiro e jornalista Nelson Rodrigues Filho. Filho do maior dramaturgo brasileiro, dedicou-se às artes nas posições de diretor teatral, roteirista e produtor cultural, tendo, ainda, atuado na linha de frente da política nacional e no âmbito da militância da luta armada contra o regime militar (1964-1985). O jornalista foi preso em 29/03/1972 e afirmou ter sido submetido à tortura por três dias, crueldade da qual sobreviveu “graças ao prestígio do pai junto aos militares”. Em outubro de 1979, foi solto devido à campanha por libertação promovida pelo pai, prévio apoiador da ditadura militar, que passou a utilizar de sua influência na imprensa para barganhar a anistia após obter conhecimento das torturas sofridas pelo filho em visita à prisão. Rodrigues Filho faleceu aos 80 anos no Rio de Janeiro, deixando um legado para a produção e disseminação cultural brasileira. (*Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 27/02/26)

10- Jair Bolsonaro e militares julgados por participação em trama golpista foram notificados sobre prazo para apresentação de defesa em processo que poderá resultar na cassação de patentes

Conforme reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, o Superior Tribunal Militar (STM) notificou o ex-presidente Jair Bolsonaro para manifestar-se em processo que poderá resultar na cassação de sua patente. O ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, e os generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto também estão submetidos a julgamento, havendo sido condenados pelo Supremo Tribunal Federal e conjecturados pelo Ministério Público Militar (MPM) como “indignos e incompatíveis com o oficialato”. Em vista da trama golpista, o MPM relatou, em documento enviado ao STM, a violação de oito regras éticas básicas da instituição militar por parte de Bolsonaro, dentre estas, o acatamento das autoridades civis, o cumprimento dos deveres cidadãos, a observância das leis e das ordens de autoridades competentes e o respeito à dignidade humana. De acordo com a Secretaria Judiciária do órgão, foi concedido ao ex-presidente e aos demais militares um período de dez dias corridos, até o dia 05/03/2026, para apresentar sua defesa. Caso o prazo não seja respeitado, o relator do processo deverá pleitear a designação de um defensor público e elaborar seu voto, de modo que o caso siga para revisão e eventual inclusão na pauta de julgamentos do plenário do STM. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 27/02/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa (Bolsista PIBIC)

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza Garcia Rabelo

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim